

Processo nº: 148367609

Nome : Batalhão da Polícia Militar de Trânsito - BPMTRAN

Assunto : Consulta

PARECER Nº 12/09

Relatório

O Comandante do BPMTRAN, Tenente Coronel Lucimar de Oliveira Mesquita, protocolou junto a este Conselho solicitação de orientações em relação à tolerância e margem de erro do aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro, bafômetro) para se chegar à medida considerada, visando o procedimento correto na aplicação da autuação por infração ao art. 165, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Em seu ofício de nº 1.1411/2009, o representante do BPMTRAN, cita vários dispositivos legais transcritos abaixo:

"Art. 276. Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165 deste Código.

Parágrafo único. Órgão do Poder Executivo Federal disciplinará as margens de tolerância para casos específicos." (CTB)

"Art. 1º Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades administrativas do art. 165 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, por dirigir sob a influência de álcool.

§ 1º As margens de tolerância de álcool no sangue para casos específicos serão definidas em resolução do Conselho

Nacional de Trânsito – CONTRAN, nos termos de proposta formulada pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º Enquanto não editado o ato de que trata o § 1º, a margem de tolerância será de dois decigramas por litro de sangue para todos os casos.

§ 3º Na hipótese do § 2º, caso a aferição da quantidade de álcool no sangue seja feito por meio de teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro), a margem de tolerância será de um décimo de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões.” (Decreto Presidencial nº 6.488/2008)

"Art. 4º Quando a infração for constatada por medidor de alcoolemia – etilômetro as notificações da autuação e da penalidade, além do disposto no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação complementar, devem conter a alcoolemia medida pelo aparelho e a considerada para efeito da aplicação da penalidade.

§ 1º A alcoolemia considerada para efeito de aplicação de penalidade é a diferença entre a medida e o valor correspondente ao seu erro máximo admitido, todos expressos em mg / L (miligrama de álcool por litro de ar expirado).

§ 2º O erro máximo admitido deve respeitar a legislação metrológica em vigor.” (Resolução do CONTRAN nº 206/2006)

Além destes, também é citada a Portaria nº 006/2002 do Instituto Brasileiro de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) que estabelece critérios e procedimentos para a execução do controle metrológico

dos etilômetros portáteis e não portáteis, utilizados para fins probatórios no âmbito da fiscalização de trânsito.

Instrução

Faz-se necessária a distinção de dois pontos: a tolerância a ser prevista na legislação e o erro, também chamado de tolerância, do aparelho. A primeira é a quantidade de álcool que, acusada pelo exame do condutor, não o sujeita às penalidades da lei. A segunda é a margem de erro a ser considerada na leitura fornecida pelo aparelho.

É com base nas definições descritas no parágrafo anterior que o CONTRAN prevê, em sua Resolução nº 206/2006, que o valor da alcoolemia considerada (AC) deve ser o valor da medida (AM) descontado o erro do aparelho (e).

$$AC = AM - e$$

Seguindo o disposto no §3º do art. 1º do Decreto 6.488/2008, enquanto não houver resolução específica do CONTRAN sobre o assunto, a tolerância a ser considerada quando o método de aferição de alcoolemia for com aparelhos do tipo etilômetro ou bafômetro, é de um décimo de miligrama por litro de ar expelido pelos pulmões (0,1 mg/L).

A Portaria do INMETRO, para verificações periódicas e inspeção em serviço, ou seja, para aparelhos que se encontram em uso, admite como erro máximo os seguintes valores:

0,032 mg/L para concentrações menores que 0,4 mg/L;

8% da leitura para concentrações maiores ou iguais a 0,4 mg/L e menores ou iguais a 2,0 mg/L;

30% para concentrações maiores que 2,0 mg/L.

Conclusão

Conclui-se que, quando o valor da AC for positivo, ou seja, a AM for maior ou igual a 0,14 mg/L estará caracterizada a infração de trânsito (art. 276, CTB); se for maior ou igual a 0,43 mg/L infringirá também o art. 306 do mesmo dispositivo, caracterizando crime.

Em anexo, segue tabela de valores a serem descontados do valor medido para obtenção do valor considerado.

É o parecer que submeto à apreciação deste Conselho.

CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS, em Goiânia
05 de janeiro de 2010.

Taís Helena Musse
Conselheira Suplente do CETRAN-GOIÁS

ANEXO I

Tabela 1 – Valor a ser descontado da leitura do etilômetro, em fiscalização de embriaguez

Alcoolemia medida - AM (mg/L)	Valor total a ser descontado *
0,01 a 0,50	0,14
0,51 a 0,63	0,15
0,64 a 0,75	0,16
0,76 a 0,88	0,17
0,89 a 1,00	0,18
1,01 a 1,13	0,19
1,14 a 1,25	0,20
1,26 a 1,38	0,21
1,39 a 1,50	0,22
1,51 a 1,63	0,23
1,64 a 1,75	0,24
1,76 a 1,88	0,25
1,89 a 2,00	0,26
2,01 a 2,03	0,71
2,04 a 2,06	0,72
* erro máximo + tolerância	